

ATUALIDADE - COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19: o que apontam os dados do CAGED e da PNADC?

Entrevista com o Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito¹ realizada pela Prof^a. Dr^a. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima²

- 1) O que explica a geração de empregos formais no país em um período marcado por impactos profundos derivados da pandemia da Covid-19?

De fato, os dados parecem indicar uma recuperação do emprego formal. Eu digo parecem porque, embora isso seja verdade quanto à **tendência** observada a partir do segundo semestre de 2020, talvez, por enquanto, seja prudente relativizar quanto ao **nível** ou patamar dessa trajetória, que pode ser menor do que os dados atualmente apresentam, embora, evidentemente, isso não diminua a importância da recuperação.

Essa retomada foi favorecida principalmente por quatro determinantes: a) Pelo desempenho favorável do agronegócio, primeiro setor a se recuperar dos impactos pandêmicos, estimulado pelo mercado interno, pela desvalorização cambial e, principalmente, pela alta dos preços das commodities no mercado internacional; b) Pela capacidade dos governos em mobilizar recursos humanos para o enfrentamento ao COVID-19, particularmente, médicos, enfermeiros e demais profissionais da saúde para ampliar a capacidade hospitalar e de diagnóstico. Não é por acaso, o setor de saúde foi o único segmento a apresentar saldo positivo dentro do setor de serviços, entre março de 2020 e janeiro de 2021; c) Pela

¹ Doutor em Ciências Sociais na área de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2017), Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2003) e Economista pela Universidade Federal do Maranhão (2001). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDSE e Coordenador do Grupo de Análise da Política Econômica - GAPE.

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2004); Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (1996); Economista pela Universidade Federal do Maranhão (1985); Atualmente é Professora Associada do Departamento de Economia e Professora Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão; Pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza – GAPEPP; Pesquisadora do CNPq, Nível 2

recuperação da indústria da construção civil, cujo volume de emprego, já no início desse ano, representou uma alta de 5% em relação a fevereiro de 2020, estimulada principalmente pelas concessões em infraestrutura e pela demanda de montagem em instalações industriais e metálicas; d) pelo impacto provocado pelo auxílio emergencial que, de certo modo, mitigou a queda nos setores do comércio e indústria, promovendo uma migração da demanda por serviços para os bens finais.

Contudo, é importante ressaltar duas importantes observações: a primeira é que o emprego formal representa cerca de 60% da força de trabalho nacional e a trajetória do restante da ocupação, os 40% informais, não apresenta o mesmo ritmo, e isso é particularmente importante em estados pobres, como o Maranhão, onde a taxa de informalidade ultrapassa os 60%. Além disso, o ritmo de crescimento do rendimento médio do salário não tem acompanhado o desempenho do emprego formal, quer seja pelo CAGED ou pela PNADC. Portanto, o salário médio do trabalhador vem caindo sucessivamente, a despeito de qualquer melhora na trajetória do emprego formal. Por enquanto, **o trabalhador ganha, mas não leva.**

- 2) Enquanto o CAGED vem apontando, desde o segundo semestre de 2020, trajetória de retomada do emprego com carteira, a PNADC exhibe um quadro oposto, com fechamento de vagas formais e informais, alta taxa de desocupação e desalento. Na sua opinião, qual vem sendo, de fato, o movimento do emprego no país?

É por esse motivo que devemos, por enquanto, ter muita cautela quanto à leitura dos dados do nível de crescimento do emprego formal. Eu acredito que estamos tendo uma recuperação do emprego formal. A tendência pode ser observada também na PNADC, que apresenta recuperação do emprego formal na margem, principalmente com a divulgação dos dados do segundo trimestre de 2021, em que o emprego com carteira assinada cresceu 2,8% em relação ao terceiro trimestre de 2020. Nesse sentido, tanto a PNADC quanto o CAGED já apresentam a mesma tendência, embora com diferenças distintas.

A grande diferença, portanto, está no nível: a primeira indica um desempenho muito tímido de recuperação, enquanto a segunda um movimento muito robusto. E por que isso tem acontecido? Em primeiro lugar é importante ressaltar que a pandemia “bagunçou” a leitura dos indicadores. A título de exemplo, basta lembrar que na pandemia, a desigualdade e a pobreza diminuíram, a taxa de desocupação subiu de maneira modesta, em comparação com a destruição de milhares de postos de trabalho. Evidentemente os indicadores convencionais não conseguiram captar adequadamente as perturbações provocadas pela pandemia.

No tocante às bases de dados, também tivemos perturbações tanto no CAGED quanto na PNADC. No caso do Novo CAGED, a mudança metodológica tem favorecido alguns problemas, entre os quais a possibilidade de subnotificação, uma vez que não é mais exigido um limite para informação dos dados fora do prazo das empresas. As subnotificações podem ter sido reforçadas principalmente pela dificuldade de conexão entre a empresa e o governo em função do fechamento temporário das empresas, pela suspensão dos contratos de trabalho, ou mesmo pela manutenção do trabalho remoto, dificultando a entrega tempestiva das informações. O fato é que cresce cada vez mais o entendimento de que o CAGED não tem refletido a real situação do mercado de trabalho, já que há subnotificação das demissões.

Por outro lado, a PNADC também sofreu algumas perturbações, entre as quais, a mudança da coleta de dados que passou de presencial para via telefone, o que causou uma queda no número de entrevistas realizadas pelo IBGE e, provavelmente, contribuiu para subestimar a trajetória dos indicadores do mercado de trabalho. O fato é que possivelmente estamos, sim, num processo de recuperação do emprego formal, mas ainda não dá para qualificá-lo. Contudo, como apontado na resposta à primeira pergunta, a ocorrência do salário médio não ter acompanhado essa recuperação já é um indício de como será a retomada do emprego.

- 3) O número de microempreendedores individuais atingiu crescimento em relação ao patamar alcançado em 2020. O que explica essa alta aparentemente dissonante com a realidade da dinâmica econômica?

Talvez este seja o aspecto mais curioso das transformações do mercado de trabalho na pandemia. Contudo, podemos apresentar algumas hipóteses: a primeira é que a pesquisa científica apresenta as microempresas como os estabelecimentos mais resilientes às crises, são geralmente os últimos a capitular e os primeiros a emergirem, o que pode ser explicado pelo tamanho do custo fixo das empresas que é incomparavelmente menor que o das médias e grandes empresas, que são mais sensíveis às transformações cíclicas da economia. Por outro lado, a destruição de milhares de postos de trabalhos não deixou outra opção aos principais atingidos pela pandemia que não a tentativa do “empreendimento” em meio às necessidades exigidas pela pandemia, favorecendo a migração do estado de desocupado para o de “microempreendedor”. Esta hipótese pode ser sustentada pela importância que assumiu o PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) que atendeu mais de meio milhão de micro e pequenas empresas, aportando mais de R\$ 37 bilhões em crédito, o que provavelmente estimulou a criação de novos microempreendedores.

- 4) A grande parte dos vínculos gerados durante a pandemia foi oriunda das admissões via contratos intermitentes. Apesar disso, a modalidade representa apenas 1% do total de admissões no Brasil. A flexibilização dos contratos foi necessária no contexto da crise ou representa avanço da precarização do emprego formal?

Sem dúvida alguma a flexibilização dos contratos representa um avanço no processo de precarização do emprego formal. Primeiro porque não há evidência de que a reforma trabalhista de 2017, que inaugurou a figura do

trabalho intermitente, tenha contribuído para o aumento do emprego formal, e segundo que também não há evidência que tenha contribuído para a elevação do salário-hora do trabalhador. Na verdade, era de se esperar um salário-hora mais alto nesta categoria, relativamente ao pago nas jornadas integrais. Ainda que o salário absoluto fosse menor, o salário relativo deveria ser mais alto, o que, de fato, não aconteceu.

A pandemia deixou uma lição clara e inequívoca: o ajuste não pode ocorrer no rendimento médio do trabalhador, a redução do salário quebra o circuito gasto-renda, engessa a atividade econômica, encarece os custos porque deprime a demanda efetiva, aumenta o atrito na retomada e protela excessivamente a superação da crise. O maior exemplo é, indubitavelmente, o auxílio emergencial, cujo impacto na desigualdade de renda e pobreza foi o maior dos últimos 40 anos.